

N.º: Gp1259-X

Proc.º: 30.06.01.34

36.02.17

Data: 13.04.2016

Assunto: Apresentação Projeto de Resolução – Pronuncia contra criação da figura do Presidente dos Açores e dos governos de ilha

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e membros do Governo,**

Os ímpetus autonomistas do Povo Açoriano remontam ao século XIX.

Com o fim do Estado Novo, a “questão açoriana” emergiu na vida política portuguesa.

A Autonomia conferiu aos Açorianos liberdade moral e intelectual, identidade própria, faculdade de determinar por vontade própria, liberdade de cooperar em oposição à obediência e, acima de tudo, trouxe a todos nós a capacidade de nos auto-governarmos.

Porém, 40 anos volvidos, nem a Democracia, nem a Autonomia, por si só ou em conjunto, revelaram ser capazes de resolver suficientemente as mais profundas debilidades e assimetrias do nosso processo de desenvolvimento económico e social.

Estas quatro décadas de experiência autonómica e democrática não conseguiram contribuir decisivamente para evitar alguns dos piores indicadores sociais do País.

Nas comemorações do Dia da Região do ano passado (2015), o Presidente do Governo Regional decidiu abrir a porta a um amplo debate sobre a eventual necessidade de se reformar a Autonomia.

Avançando com um rol de potenciais ideias inovadoras para dar mais vida ao sistema autonómico, começamos a ouvir os auto-proclamados pais da Autonomia, o PSD/Açores e o PS/Açores, apresentarem aparentes soluções de futuro.

O ano de 2015, pela realização de Eleições para a Assembleia da República, abriu portas a uma nova Legislatura com poderes para proceder a uma revisão da Constituição da República Portuguesa.

Entenderam então o Grupo Parlamentar do CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM apresentar, com carácter de urgência, no plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma iniciativa que visava dar a possibilidade de todos os

partidos políticos poderem afirmar, perante os eleitores Açorianos, quais as suas posições relativamente à reforma da Autonomia.

Apesar de terem despoletado todo o debate público sobre a matéria, em vésperas das Eleições para a Assembleia da República, PS e PSD não quiseram esclarecer o eleitorado Açoriano sobre que posições haveriam (ou haverão) de assumir na República os seus Deputados relativamente ao conjunto de propostas de aprofundamento do nosso regime autonómico caso seja aberto o dossier revisão constitucional.

PS e PSD apresentaram propostas, no âmbito do debate regional sobre a revisão da Constituição, para a criação das figuras de Presidente dos Açores e de governos de ilha.

Ora, se somarmos o Presidente dos Açores às figuras constitucionais e estatutárias já existentes de Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Presidente do Governo Regional dos Açores, aos 19 presidentes de câmaras municipais da Região, aos 154 presidentes de junta de freguesia das diferentes ilhas e aos 9

presidentes dos conselhos de ilha, a Região Autónoma dos Açores ficaria com um total de 185 presidentes e 10 governos.

Para além destes números, a criação do Presidente dos Açores e de nove governos de ilha são propostas altamente conflituantes no quadro institucional vigente, implicariam um significativo acréscimo de despesa pública para a Região e serviriam, na prática, apenas, para satisfazer eventuais interesses instalados dos partidos tradicionalmente com maior representatividade eleitoral dos cidadãos Açorianos.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar da total disponibilidade que sempre houve para debater o futuro da Autonomia e as formas de melhor podermos definir o nosso modelo de auto-governo, entendem os partidos proponentes que, neste momento, mais importante do que discutir mais e novos cargos políticos ou mais importante que cortar na representatividade política das diferentes ilhas desta Região, o que os Açorianos querem é uma Autonomia de resultados, não uma Autonomia de cargos.

O que os Açorianos querem ouvir dos seus representantes e dos seus governantes, nesta altura de acentuadas dificuldades sociais e económicas, é a definição de políticas objetivas e construtivas, promotoras de desenvolvimento, geradoras de riqueza e orientadas para o médio e longo prazo.

O que nós queremos é uma Autonomia com resultados na saúde, na agricultura, na gestão das nossas águas territoriais...

O que nós queremos é desenvolver uma Autonomia que seja capaz de corrigir as assimetrias que a própria Autonomia foi criando, quer intra-ilha, quer inter-ilhas.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM, dão aqui um contributo para o debate sobre a reforma da Autonomia propondo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie frontalmente contra a criação das figuras de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa.

A Autonomia existe para trazer melhores condições de vida aos Açorianos e isso não é só no papel, porque para se conseguir melhorar os resultados desta Autonomia é preciso termos um bom governo.

O Deputado Regional

Artur Lima